

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

OF.GG/SL - 104

Porto Alegre, 26 de abril de 2010.

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 300/2009

Art. 155. São mantidas no Tesouro do Estado as funções gratificadas e padrões correspondentes alocadas no Departamento da Despesa Pública Estadual na data da publicação desta lei.

Art. 156. O Agente Fiscal do Tesouro do Estado em exercício no Tesouro do Estado poderá exercer função gratificada e perceber gratificação de substituição.

§ 1.º A indicação para a função referida no art. 4.º desta Lei Complementar poderá recair em integrante da carreira de Agente Fiscal do Tesouro do Estado, ativo, com mais de 8 (oito) anos de exercício na área financeira da Secretaria da Fazenda, salvo provimento do cargo de Auditor de Finanças do Estado, mediante a opção que trata o art. 157, situação em que a escolha recairá preferencialmente sobre titular deste último cargo.

§ 2.º Fica assegurado aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado o estabelecido no parágrafo único do art. 13 desta Lei Complementar.

§ 3.º Fica assegurado aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado que estejam cedidos ou licenciados e que não exercerem o direito de opção previsto no art. 157, o retorno para exercício no Tesouro do Estado, quando cessar a cedência ou licença.

Art. 157. Os atuais Agentes Fiscais do Tesouro do Estado poderão exercer o direito de opção pelo cargo de Auditor de Finanças do Estado de que trata o art. 11 até 31 de dezembro de 2010.

§ 1.º Os Agentes Fiscais do Tesouro do Estado que desejarem fazer a opção referida no "caput" deste artigo deverão exercer esse direito mediante requerimento escrito, dirigido ao Secretário de Estado da Fazenda.

§ 2.º Os Agentes Fiscais do Tesouro do Estado que exercerem o direito de opção previsto no "caput" deste artigo e que estejam cedidos para a União, Estados, Municípios, outros Poderes, Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual ou que estejam em exercício em outras áreas da Secretaria da Fazenda, podem permanecer cedidos ou em exercício nos locais atuais, desde que detentores de função gratificada.

Art. 158. Ficam asseguradas aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado, que estiverem em exercício no Tesouro do Estado, as atribuições previstas nesta Lei Complementar para o Auditor de Finanças do Estado, enquanto lá permanecerem.

Parágrafo único. O direito assegurado no "caput" deste artigo fica estendido aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado, a partir do início de seu exercício no Tesouro do Estado e durante o prazo que ali permanecerem.

Art. 159. Fica assegurada ao Agente Fiscal do Tesouro do Estado a percepção de remuneração composta de parte básica e variável estabelecida para seu órgão de lotação, quando em exercício no Tesouro do Estado.

Art. 160. Os casos omissos nesta Lei Orgânica regular-se-ão, no que couber, pelo Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 161. O Poder Executivo remeterá, no prazo de 90 (noventa) dias, à Assembleia Legislativa projeto de lei fixando o Quadro Único de Funções Gratificadas do Tesouro do Estado, constando número, atribuições e remuneração.

Art. 162. As disposições desta Lei Complementar estendem-se aos inativos e pensionistas.

Art. 163. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 164. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

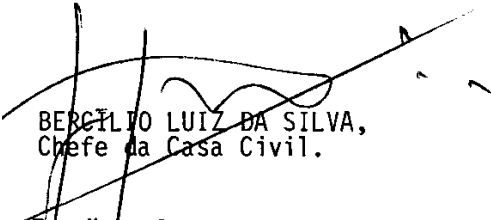
Art. 165. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 26 de abril de 2010.


YEDA RORATO CRUSIUS,
Governadora do Estado.

Registre-se e publique-se.

Projeto de Lei Complementar nº 302/2009, de iniciativa do Poder Executivo


BERCÍLIO LUIZ DA SILVA,
Chefe da Casa Civil.

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar, utilizando-me da prerrogativa que me é conferida pelo artigo 66, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 82, inciso VI, da Constituição Estadual, que decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 300/2009, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, órgão central do sistema de controle interno do Estado do Rio Grande do Sul, disciplina o regime jurídico do cargo da carreira de Auditor do Estado e dá outras providências, aprovado na sessão plenária da Assembleia Legislativa do dia 31 de março de 2010.

O Projeto de Lei em comento, de iniciativa do Poder Executivo, recebe veto parcial, porquanto, por ocasião de sua apreciação e votação, foi objeto de Emendas Parlamentares as quais, por força de seus conteúdos, não merecem prosperar.

A negativa de sanção em epígrafe diz respeito ao parágrafo 2º do artigo 12, aos incisos IV e V e parágrafo único do art. 18, com os seguintes teores:

Art. 12 -

.....

§ 2º - Ao Auditor do Estado é obrigatória a apresentação de declaração de bens e rendas nos termos da Lei nº 12.036, de 19 de dezembro de 2003, sujeitando-se ao controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito, conforme a Lei nº 12.980, de 5 de junho de 2008.

.....

Art. 18 -

.....

IV – receber, por conta do Estado, assistência médico-hospitalar, social e judiciária, quando ferido em objeto de serviço ou em decorrência da função, ou quando acometido de doença adquirida em serviço ou em consequência dele, bem como quando submetido a processo em razão do exercício do cargo;

V – receber, por conta do Estado, total cobertura judiciária, quando processado, civil, ou criminalmente, em razão de ato praticado no exercício regular de suas funções.

.....

Parágrafo único - O Auditor do Estado processado, civil ou criminalmente, em razão de ato praticado no exercício regular de suas funções, terá direito à assistência judiciária provida pelo Estado.”

No que respeita à negativa de sanção ao § 2º do artigo 12, verifica-se que tal dispositivo vem dispor acerca de matéria constitucionalmente atribuída ao Tribunal de Contas do Estado. Em notável Parecer, a Douta Procuradoria-Geral do Estado, analisando a constitucionalidade da Lei nº 12.980/08, que dispõe sobre o registro das declarações de bens e o controle da variação patrimonial e de sinais enriquecimento ilícito por agente público no exercício de cargo, função ou emprego público estadual e Lei nº 12.036/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções públicas, nos dão conta de que releva verificar se as disposições legislativas infraconstitucionais são compatíveis com as competências do Tribunal de Contas do Estado e com o “conjunto principiológico característico do constitucionalismo que está na base da Carta Política brasileira.”. “Percebe-se que a legislação analisada atinge tais pressupostos, além de alargar competências não presentes em sede constitucional que, se decorrentes da teoria dos poderes implícitos, compreendida esta em seus limites, ainda assim podem guardar consonância com aquilo que é peculiar às atividades delimitadas pela Carta Política aos órgãos de contas. Não pode a legislação infraconstitucional criar tal expansão.”

A par das razões mencionadas, cabe referir que os dispositivos legais citados encontram-se em plena vigência; sendo, portanto, despiciendo que novos dispositivos venham a reger igual matéria. Agrega-se a esse argumento, o fato de que não se registra em nenhum outro estatuto disciplinador de carreira de servidor diploma com tal conteúdo regratório, ou seja, as demais carreiras submetem-se tão-somente às normas legais e constitucionais vigentes.